

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES E INTERCULTURAIS COM OS PROFESSORES DE LÍNGUA WAPICHANA NA REGIÃO SERRA DA LUA

Introdução

A partir do encontro com alunos, professores de língua Wapichana e artesãos nas comunidades indígenas e no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, na Universidade Federal de Roraima, percebemos e propomos aqui identificar e problematizar algumas fronteiras nas relações entre pessoas, comunidades, visões pedagógicas, povos e países. Além das fronteiras entre as áreas de conhecimento que ainda existem e de forma marcante, ainda que o objetivo seja atingir uma interdisciplinaridade e interculturalidade equilibradas.

Este ensaio é um esboço de nossas primeiras análises, lembrando que merecem ser ainda testadas e os estudos aprofundados. Um dos livros que estudamos durante o processo de pesquisa foi o livro de Homi Bhabha, o local das culturas. O autor interpreta nossa existência como fronteira, como se nós fossemos fronteiras e víssemos nas “fronteiras do presente”. Visão interessante, que merece ser pensada em profundidade, na direção de interpretar o conceito de fronteira de forma tanto física como abstrata.

O processo de pesquisa partiu das observações realizadas durante os encontros de Língua Wapichana com os professores de língua indígena da Região Serra da Lua que acompanhamos e assessoramos junto ao professor Manoel Gomes dos Santos desde abril de 2012.

Dentre todas as outras experiências, as trocas vividas na região Serra da Lua, que faz fronteira com a República Federativa da Guiana, as mais marcantes aconteceram quando compartilhamos momentos de interpretação de textos tradicionais e criados pelos Wapichana. Em movimento intercultural e interdisciplinar, levantamos

* Ananda Machado, doutoranda em História Social UFRJ, Professora do curso Gestão Territorial Indígena- UFRR, machado.ananda@gmail.com

e entendemos questões consideradas importantes e que esclarecem a existência das fronteiras culturais entre os povos Macuxi, Wapichana e os não indígenas.

Assim como buscamos estratégias que, pelo diálogo, encontrem respostas a essas questões, uma vez que esses povos compartilham o território da Serra da Lua, nos municípios do Cantá e Bonfim. Muitas Terras Indígenas (TIs) fazem fronteira com fazendas e são como ilhas entre plantações de acácias, por exemplo, cultura que foi espalhada em grandes áreas nas terras que não são demarcadas como indígenas na região.

Paisagens estranhas fazem com que senhores que ficaram algum tempo sem passar de uma comunidade para outra deixem de reconhecer o território. Não há nome na língua Wapichana para esse tipo de planta e estas começam a ocupar até as Terras Indígenas, levadas pelos passarinhos que atravessam as fronteiras com as fazendas.

Da mesma forma que a monocultura de acácias torna homogênea a paisagem há processo que vem avançando na direção de acabar com a diversidade sociocultural e massificar as culturas. Dessa forma o consumo e o capital sobrepujam qualquer outro valor. E por mais que exista legislação com vistas a monitorar e controlar tais cultivos, na prática isso ainda não acontece.

A luz elétrica chegou recentemente a muitas comunidades, enchendo-as de televisores que falam de tudo, menos da cultura Wapichana e muito menos na língua indígena. Pelo contrário, mesmo a língua portuguesa falada parece estranha à linguagem local na língua oficial do país. Há, portanto, fronteira estabelecida entre o que o povo assiste, pode projetar e o que ele é.

A primeira parte deste texto trata da experiência com língua, cultura, discurso, produção de material didático, movimento interdisciplinar¹ e intercultural. Como fundamento da nossa ação, temos os estudos de Silvana Serrani quando considera o discurso como ponto de partida para o ensino de uma língua, ultrapassando visões que consideram os conhecimentos lingüísticos como os únicos objetivos nas aulas de língua.

Assim iniciaremos a primeira parte do texto lembrando que “uma fronteira não é onde algo termina [...] é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente” (HEIDEGGER apud BHABHA, 1998, p. 19). Desse modo o ser humano vive em situações de fronteira: nasce e morre, lê e escreve, viaja, vai ao encontro do outro e até aprende outras línguas.

1 Em nossa assessoria, o professor Manoel colaborou enquanto lingüista e eu como antropóloga. Conseguimos assim contemplar aspectos do trabalho que sem a interdisciplinaridade seria difícil de chegar.

1. A experiência de confecção de material pedagógico intercultural com enfoque discursivo

No processo de confecção em grupo de um livro didático na língua Wapichana e na portuguesa “Bayda’aptan: gramática intercultural e bilíngüe Wapichana- Português” para ser usado com alunos de 5º a 8º séries, percebemos que o movimento precisava incluir questões interdisciplinares, interculturais e discursivas. Começamos a listar temas e buscar textos com referências culturais consideradas importantes pelos Wapichana. Assim, com o livro que já tem um volume concluído e pronto para diagramação, o professor poderá ensinar gramática, a partir do discurso, do uso da língua Wapichana impregnado de questões culturais, mais do que estudando a língua como mero instrumento esvaziado de sentido.

Os encontros dos professores de língua Wapichana acontecem desde os anos 1990. Segundo Zeimar Pereira, em 1992 foi publicado “Watuminpen wapichana da’y”, que registrou textos sobre animais, palavras, material organizado pelos professores de língua Wapichana, com assessoria de Bruna Franchetto. Em 1993 o projeto “a língua wapichana formação de professores indígenas e produção de material didático” contava com assessoria de Franchetto tinha como metas básicas a retomada de valores da língua indígena e a elaboração de subsídios à prática dos mestres da língua.

Outro livro foi “Wa aichiandun wyryy karichi wamanhikynytan wakadyz (Nós aprendemos através da nossa escrita os nossos costumes) foi publicado em 1995 com a colaboração de Irmãs da caridade. Em janeiro de 2006 a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR) e a Diocese de Roraima, trabalharam “Watuminhap wapichan da’y!” (Vamos aprender wapichana) Apostila com lições de 1 a 26 do programa de língua Wapichana para o Rádio FM Monte Roraima, com realização da Pastoral Indigenista (no prelo) (PEREIRA, 2012).

Nos encontros de língua Wapichana da região Serra da Lua sempre são produzidos materiais. Em 2008 foram elaborados pelos professores “Watuminpen waparadan da’y”, “Wnhykyinhan wakadyz pawa’a it” (Resgatando a nossa cultura de novo (no prelo) e “Kynyi na’ik kutyainhau” (Cantos e histórias (no prelo). A mini gramática bilíngüe da Região Serra da Lua, foi feita com o apoio do Centro Regional Pedagógico Indígena Waruminpen Kaimena’u Da’y, com alfabeto, consoantes, vogais, nomes de animais, números cardinais e ordinais, suas pronúncias (no prelo) (Idem ibidem).

Outra obra que está sendo publicada com o apoio do Programa de Valorização

das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana, com recurso do PROEXT 2011 e que foi organizada a partir do curso de linguística, ministrado por Ronald B. McDonell, é “Paradakary Urudunaa” (Dicionário de Wapichana- Português e Português- Wapichana), que vem sendo trabalhado e aperfeiçoado a cada ano, desde 1995, e em 2010 ficou pronta uma nova edição.

Assim o grupo de professores de língua Wapichana da Região Serra da Lua vinha trabalhando também na confecção de um livro ilustrado de textos narrativos, dentre outros materiais. Para esta experiência de criação de um livro, que vimos desenvolvendo desde abril de 2012, começamos por selecionar quais textos seriam interessantes para interpretação, relação e análise dos sentidos entre identidades e culturas, compreensão do uso da língua, sem que o cultural servisse apenas de pretexto para o tratamento do aspecto lingüístico, e inspirador de produções textuais.

Vale aqui pontuar que os textos selecionados para o referido livro são histórias indígenas, com narrativa que vem sendo trabalhada e atualizada pelos contadores de história Wapichana há anos. Durante nossos encontros, alguns textos tomaram nosso tempo de debate mais do que outros, por tratarem de temática relevante para a cultura, como por exemplo, “a origem do timbó”. Com o processo de “desterritorialização” o uso do timbó para pescar anda sendo proibido e rediscutido em algumas comunidades indígenas. A história da origem do pajé e das manivas também, por possuírem elas uma lógica de pensamento diferente, o que ficou evidente.

Outros pontos que mereceram mais tempo de reflexão foram os aspectos gramaticais que são específicos da língua Wapichana e ainda não foram estudados o suficiente. Para contornar essas dificuldades, além da idealização do projeto do livro, a presença do professor Manoel Gomes dos Santos e sua assessoria com base na gramática da língua Wapichana escrita como sua tese de doutorado, foi fundamental. Além das contribuições pelos professores de língua Wapichana da Região Serra da Lua, a partir de seus exemplos de uso da língua.

Decidimos deixar os aspectos mais complexos, que surgiram no processo de construção do material didático, para o próximo livro a ser elaborado em 2013 para ser direcionado ao ensino médio das escolas indígenas nos territórios Wapichana. Pretendemos continuar com a mesma fundamentação teórica, uma vez que estamos felizes com o que conseguimos organizar até então.

Silvana Serrani considera que alguém que é alfabetizado e passa a dominar a leitura e a escrita, por construir nova relação com a linguagem, passa a ser uma nova pessoa. Pois “sua posição sócio subjetiva mudou” (2005, p. 29). A pessoa bilíngüe, seja ela indígena ou “ocidental”, tem a possibilidade de selecionar e juntar elementos

de cada patrimônio. O ser bilíngüe vive a dialética “fronteira - transposição da fronteira” pelo veículo da língua.

Da mesma forma ao aprender a língua Wapichana e ao ouvir suas histórias, passamos a enxergar novos contextos e valores culturais, nos renovando também enquanto pessoas e profissionais, ultrapassando fronteiras ao entender e compartilhar com os Wapichana sua língua e seu mundo.

Lembramos que a abordagem neste texto não é lingüística, apenas tratamos de fenômenos no âmbito da língua. Nossas percepções são construídas principalmente sobre a situação atual e lingüística no território Wapichana e suas questões sociais, políticas e de identidade cultural.

O território Wapichana, ou os contextos nos quais a língua é criada e usada, incluindo o espaço geográfico, social (sua história, conflitos e alianças), merecem ser e foram considerados. As diferentes perspectivas discursivas com ricos materiais verbais do povo Wapichana também apareceram nos textos trabalhados. E nas questões elaboradas de interpretação dos textos selecionados buscamos fazer com que o aluno percebesse também os olhares externos à sua identidade, cultura ou comunidade.

Para Silvana Serrani usar uma língua deve ser finalidade necessária, mas não suficiente. “Os legados culturais e os domínios identitário, social e emocional do sujeito estão relacionados. Esses conteúdos e as atividades vinculadas facilitam a mobilização subjetiva indispensável para a enunciação significativa, seja em qual língua for” (2005, p. 32).

Assim escolhemos este caminho, incluímos no livro sugestões de estratégias metodológicas a serem trabalhadas pelo professor, mas ainda nos falta saber como se dará o uso do material. Quais escolhas no manuseio do material os professores e alunos farão e quais mudanças, contribuições e problemas surgirão.

2. *Língua Wapichana, escolhas e impactos socioculturais*

Como muitos estudos já abordaram, o uso ou não de uma língua é produto de um processo político que implica escolha. E as mudanças são de grande impacto sociocultural. O dilema lingüístico vivenciado pelos Wapichana, os discursos que partem de reflexões acerca do uso e preservação dessa língua e as propostas práticas que acompanham os processos de educação escolar, evidenciam a necessidade de refletir sobre a relação língua e poder.

O uso da língua Wapichana está portanto freqüentemente permeado por questões de autoridade e identidade. Apesar da presença constante do uso da língua

Wapichana nas atividades que se desenrolam no dia-a-dia da população indígena, o português permanece ocupando lugar de destaque como língua oficial. Sobretudo na escola, mesmo em comunidades de população toda de falantes, os professores alfabetizam na língua portuguesa e usam língua indígena apenas nas aulas de língua Wapichana, praticamente todas as outras disciplinas são trabalhadas na língua portuguesa.

Há poucas situações nas quais as lideranças usam a língua e outra pessoa faz tradução simultânea, mas muitas das vezes as falas ficam sem sentido, o que comprova as tão discutidas dificuldades e fronteiras de tradução linguística e cultural. Talvez nesses casos, seria interessante deixar usarem apenas a língua indígena e quem quisesse buscaria entender. E o secretário precisa ser bilíngüe e ter condição de traduzir o que ouvir da língua Wapichana para a portuguesa.

A língua Wapichana é a língua do território desse povo, mas a ‘língua oficial’ é o português. Já ouvi indígenas dizerem, quando conversávamos sobre co-oficializar a nível municipal a língua Wapichana: “mas o Wapichana que estava antes aqui, essa língua que deveria ser a oficial”.

Nas atas de reuniões indígenas e em outros documentos oficiais do movimento ouvi quem estava secretariando dizer quando alguns professores de língua indígena falavam em Wapichana: “fale em português senão como irei escrever?” Situações que indicam dois campos em conflito: o do uso da língua territorial (isto é, o Wapichana) e o da língua oficial (o português). A demanda do secretário na reunião mencionada para que as intervenções fossem na língua portuguesa, para que conseguisse transcrever para a ata e a fala/solicitação do falante de língua Wapichana apontam para a necessidade do secretário ser bilíngüe e saber inclusive traduzir permitindo que a fala seja transcrita em língua indígena e depois em português. Tal acontecimento colocou em evidência a tensão presente na delimitação desses dois campos. E ainda não se discute o suficiente e se age para planejar o que desejam desenvolver como política linguística.

Embora fosse uma prática um tanto incomum, em comunidades próximas às cidades algumas lideranças ainda encontravam espaço para utilizar a língua Wapichana em suas intervenções nas reuniões comunitárias e nas Assembléias regionais da Serra da Lua das quais participamos, sobretudo quando querem que apenas alguns entendam o que é dito ou estão indignados com a situação que narram. Nesse caso a língua seria uma chave para a compreensão e participação.

Mesmo que se tratasse de uma atividade “oficial”, a predominância da oralidade nessas situações de reunião permitia à população fazer tal uso. Contudo, ao passar

para o plano do documento escrito — a ata, importante símbolo desse universo oficial —, não havia mais lugar para o Wapichana. Dessa forma o universo territorial Wapichana entrava em oposição ao mundo das regras “oficiais”. Para ultrapassar essa fronteira perguntamos: por que não uma ata bilíngüe?

Se não é possível formalizar o Wapichana como língua oficial, que seja regulamentada como co-oficial dos municípios que ocupam território Wapichana. Essa iniciativa foi tomada para ser apresentada como proposta na reunião regional da Serra da Lua, por decisão dos professores no último encontro de língua Wapichana. Essa conquista ajudará até para garantir o uso da língua em documentos oficiais e conseguir emprego para tradutores. Placas poderão ser escritas na língua Wapichana e o povo sentirá que tem algo seu também no meio urbano, ficando mais a vontade nas cidades.

O debate sobre a co-oficialização do Wapichana aqui abordado de modo algum deve ser tomado como neutro e imparcial. “A língua é um *locus* privilegiado do processo político”, de tal forma que a discussão em torno do uso do Wapichana envolve “complexas relações de poder e jogos de interesse, especialmente quando seus interlocutores são eles próprios falantes” (DIAS, 2002, p.4).

Outro aspecto que merece reflexão é o trabalho realizado por grupo de professores de língua Wapichana da região Serra da Lua que, dentre outros objetivos, quer padronizar a escrita da língua Wapichana, pois os materiais são produzidos de modo coletivo e são resultado de construções de consenso a partir de muito debate, entre os professores mais antigos e os mais jovens, assim como os de comunidades diferentes.

Vale aqui lembrar que a escrita corre o risco de padronizar também os valores à língua associados, o que poderá ter conseqüências significativas para a configuração das relações de poder no interior da sociedade Wapichana. Há então ênfase em valores associados ao mundo ocidental e afirmação de valores associados aos referidos autores. Portanto “a convenção e a padronização estão carregadas de valores que remetem diretamente à hegemonia do modelo ocidental de organização social”. Logo o domínio de sentido exercido sobre a língua portuguesa poderá se estender também à língua Wapichana escrita.

Com a fixação na escrita, o “novo” uso do Wapichana, pode passar a ser uma língua “domesticada”. Tal como foi quando a escrita foi introduzida pelos Beneditinos na região, na língua portuguesa e com textos bíblicos. Assim o Wapichana, antes associado à oralidade e à pajelança, poderá passar a ser assimilado e subordinado às instituições do Estado e religiosas que financiam as publicações e imprimem

também nelas suas ideologias. Por isso também, como assessores convidados pelo grupo, procuramos dialogar, perceber os conflitos e evidenciá-los no material criado com os professores de língua Wapichana.

A padronização escrita pode ter como resultado a descaracterização dos traços mais fortes da língua Wapichana: a dinâmica, a variabilidade, a flexibilidade, a inventividade, o caráter contextual — todas estas tendências associadas à oralidade (GOODY, 1996). “Na passagem para a escrita, novos valores são priorizados: a fixidez, a regularidade, a rigidez, a estabilidade, a uniformidade, o distanciamento em relação ao contexto” (DIAS, 2002, p.16). Mas como o que buscamos é apenas construir novos registros e a cultura oral continuaria prevalecendo, inclusive em sala de aula entre os Wapichana, a questão seria relativizada, e a tomada de consciência a esse respeito é fundamental. Inclusive no livro elaborado são sugeridas ao professor muitas atividades de produção textual oral para serem trabalhadas com os alunos Wapichana.

A dinâmica das culturas orais possibilita a preservação de um contexto rico em diversidade. “A oralidade tende a favorecer a coexistência de uma multiplicidade de narrativas na construção da memória, da identidade e da própria nação. A adoção da escrita vem modificar profundamente este quadro” (DIAS, 2002, p.17). Citamos a autora apenas para que se tenha consciência sobre a questão. Porque afinal estamos escrevendo, mas sabemos que não é a língua escrita que vai revitalizar o uso da língua Wapichana.

Percebemos que há espaços distintos na escola: o da literatura escrita, transmitida em português que inclui os materiais didáticos enviados pelo Ministério da Educação (MEC); o segundo é o da literatura oral, transmitida em Wapichana e praticada entre a maioria da população na Região Serra da Lua, cheia de referências culturais. Há, no entanto, um confronto hierárquico entre a escrita e a oralidade; entre o alto valor conferido ao que vem de fora para dentro das comunidades indígenas e a manutenção da produção na roça, de artesanato, da pajelança e de alimentação indígena.

O que ainda está disponível e o que foi conquistado pelo movimento indígena tem seu lugar. No entanto, da mesma forma que a sabedoria indígena, por um complexo processo, extrai o ácido cianídrico da macaxeira, há que se filtrar o que vem sendo empurrado goela abaixo e consumido sem discussão pelas comunidades indígenas.

A língua Wapichana pode, nesse processo, ser considerada um dos veículos de transmissão e manutenção desses conhecimentos e valores indígenas. O uso da língua pode contribuir na produção de estranhamentos e na diminuição do consumo

desregrado. Algumas perguntas deixamos em aberto: o que, no processo intercultural, parece saudável aos Wapichana? O que faz o povo viver melhor e mais feliz? O que atrapalha e descaracteriza a vida dos Wapichana nas comunidades indígenas?

3. As Fronteiras dos discursos e das identidades Wapichana

Há por um lado uma fragilidade e subalternidade do uso da língua Wapichana em relação ao português, sobretudo na escola indígena. Essa situação de diglossia, isso é, a coexistência desigual entre duas línguas, é permeada por uma complexa relação de poder, o que exige uma política urgente de proteção à esta língua.

Uma das soluções poderia ser uma política lingüística em prol do bilingüismo. Nas escolas indígenas, até a quinta série os alunos estudariam apenas a língua Wapichana e depois a escola passaria a ser bilíngue. Nos meios de comunicação a língua Wapichana seria ouvida no rádio e assistida em materiais audiovisuais que prestigiem a língua, a memória e a cultura Wapichana.

A língua Wapichana, símbolo da identidade desse povo, ainda precisa conquistar mais espaço de uso para que as duas línguas coexistam em pé de igualdade nos mais diversos domínios da sociedade. Mas há fronteiras que são forçadas e parece que um rolo compressor vem passando na direção de padronizar as culturas e fixar valores e a língua portuguesa. O vestibular para o tão almejado ingresso na UFRR por indígenas por exemplo, em 2012 fixou fronteira e corrigiu até a redação em língua indígena após tradução, isto é a tradução na língua portuguesa é que foi corrigida. O que significa jogar a língua indígena e os valores culturais que não são traduzíveis no lixo.

Dentre outros processos de mudança sociocultural, o pajé, antes da evangelização, era o líder mais importante entre os indígenas e tinha suas qualidades reconhecidas por seu povo. Ele sempre ultrapassou fronteiras, recebe ajuda dos espíritos ancestrais e usa a língua e os conhecimentos indígenas para trabalhar. Com o processo contínuo de “endemoniação” dos pajés, a igreja e junto dela a escola e outras instituições se desfizeram dos pajés e fizeram do tuxaua o mais prestigiado, sendo ele intermediário entre seu povo e o governo brasileiro. E para desempenhar tal papel esse líder precisa dominar a língua portuguesa.

Homy Bhabha fala do “passado como algo projetivo”, aponta as “retóricas da indeterminação”, quando discute em seu livro sobre o que “poderia ter sido” a relação com a condição de nascer novamente. Para o autor se ao invés de “poderia” usasse “podia”, seria criada “toda diferença entre o pulso da morte e o ventre inundado do nascimento” (2003, p.349)

Portanto, para que a língua Wapichana alcance privilégios até então restritos ao português, para que aconteça uma nova reconfiguração do contexto lingüístico, teria origem um novo Wapichana falado, escrito, moderno e atuante. Essa proposta traz uma ideologia que sugere a relação de igualdade entre o Wapichana e o português, ambos como símbolo de “indianidade”.

Assim como propõe que a língua indígena escrita e falada teria o mesmo grau de valor. A preservação de ambas as línguas é vista como a preservação tanto do território Wapichana como da história nacional e fronteiriça da região. Assim como estratégia de preservação cultural, de retomada e criação de novos espaços de uso da língua indígena.

Outra observação que merece ser mencionada aqui é sobre a ausência de fronteiras entre países para os povos indígenas, consideram que o território Wapichana é contínuo entre Brasil e Guiana por exemplo. Mas para os Estados Nacionais há dificuldade dos indígenas que migram da República Cooperativista da Guiana e da Venezuela conseguirem o Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (RANI). No entanto há propaganda dos políticos brasileiros no outro lado da fronteira e os indígenas conseguem com facilidade a identidade brasileira e o título de eleitor.

Homi Bhabha compara a preocupação com a compreensão da ação humana e do mundo social como se fôssemos criaturas literárias e animais políticos. Nessa direção o autor reconhece o caos “[...] no momento em que algo está fora do controle, mas não fora da possibilidade de organização” (2003, p.34). Em relação ao uso da língua Wapichana, mesmo que muito fuja ao controle, a forma na qual ela existe hoje e o projeto do povo para este uso pode ser organizado e fortalecido.

A luta aqui sugerida e muito divulgada como necessária pela adoção do bilingüismo representa a urgência em construir e assumir a identidade Wapichana em sua totalidade, isto é, mantendo a interpretação da identidade como construção. E o bilingüismo defendido é para ser constante e não de transição.

A reforma ortográfica de nossa língua oficial, que os portugueses não gostaram, e da linguagem da internet, a condição “mutante” da língua portuguesa e das línguas em geral merece muita discussão. A relação da língua culta e da falada pela população em geral. A visão da língua como algo que não é estático, e sim passível de transformação inerente às línguas (e às sociedades) quando se busca exatamente a preservação delas para que não desapareçam.

Inclusive a escrita desse artigo seria em Wapichana, para reforçar a luta nessa direção. Mas como ainda não dominamos a língua e não há, além do dicionário de

Casemiro Cadete, que já está esgotado, como o leitor ao menos tentar entender o texto. Deixamos por enquanto mais esta fronteira de lado, para ser evidenciada no futuro próximo.

O bilingüismo ou o multilinguismo é então a única maneira do povo Wapichana atingir esse duplo pertencimento: no território e povo Wapichana e na nação brasileira. E é também o caminho do aprendizado necessário para quem decide ultrapassar fronteiras, trabalhar com e melhor conhecer esse povo.

Considerações Finais

Para concluir o texto, que como foi explicitado é apenas um ensaio, um início de discussão, continua a necessidade de se desenvolver um novo olhar sobre a questão lingüística Wapichana, de forma a confrontar os campos da língua, da política e da identidade, o que ainda não conseguimos estudar o suficiente. No futuro pretendemos continuar a enfrentar os desafios na busca de aprofundar reflexões sobre o uso, a compreensão da estrutura da língua Wapichana e questões interculturais importantes.

O trabalho estará sempre aprofundando as relações entre língua e poder, identidade e autoridade. Que são conceitos fundamentais, e merecem ser relacionados com a idéia de fronteira.

Esperamos aqui ter conseguido ressaltar o poder de atuação e reivindicação dos Wapichana, mesmo diante de tanta imposição da “sociedade dominante” tanto no que se refere ao uso da língua, quanto o conteúdo enunciado por ela, o falar desse povo é mantido e renovado como estratégia social.

Assim como Bhabha considera o presente provisório, essas mal traçadas linhas também o são. Problematizamos os ângulos a partir dos nossos enquadramentos e reconhecemos o quanto obscura ainda é a compressão do processo histórico que nos propomos a estudar. Visto que a história sempre poderá ter muitas versões possíveis e damos conta apenas do que conseguimos traduzir e interpretar, apagando tantas outras vozes que deixamos de ouvir. Além de apenas inventariarmos discussões necessárias que pretendemos aprofundar no processo de pesquisa no doutorado em História Social que ingressamos no segundo semestre de 2012.

Referências Bibliográficas

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DIAS, Juliana Braz. Língua e poder: transcrevendo a questão nacional. MANA 8(1):7-27, 2002.

GOODY, Jack. *The Logic of Writing and the Organization of Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PEREIRA, Zeimar. *Makinhautinkery tuminpen waparadan day: o jogo e a brincadeira no ensino da língua Wapichana*. Monografia, curso Licenciatura Intercultural, UFRR 2012.

SERRANI, Silvana. *Discurso e cultura na aula de língua/ currículo- leitura- escrita*. Campinas, SP: Pontes, 2005.